

DPM. Ficou marcada reunião para o dia 10 de abril às 15 horas para tratar da posse do Conselho de Administração e detalhamento sobre a questão envolvendo o bônus alimentações. Assim esteve presente a esta reunião Volmar Staciane Lameiro pelo Sindicato dos Servidores Municipais e os conselheiros Hélio Costa de Oliveira, Bruno Walter Herse, Francisco Medeiros, Gilberto Bomm e Sandra Maria Back Ferreira. Encerrou-se a reunião, arquivada e presente para todos os presentes.

### Ata nº 02-2007

Aos 10 dias do mês de abril de 2007, os conselheiros nomeados pela Portaria nº 44/SG/07 de 09 de abril de 2007, tomaram posse para cumprirem um mandato de dois anos. Fez-se a eleição e foi eleito como presidente Bruno Walter Herse e como secretária Sandra Maria Back Ferreira. O conselho passou, de imediato, a tratar do bônus alimentações e ficou decidido que os Conselheiros Hélio Costa de Oliveira, Bruno W. Herse, Francisco Medeiros, Gelso Galança, Gilberto Bomm e Sandra Ferreira, irão se reunir às terças-feiras para elaborar parecer opinativo sobre a questão e também tratarão da atualização da legislação previdenciária dos municipais. Sem mais assinam os presentes:

Sandra Maria Back Ferreira  
Bruno Walter Herse  
Hélio Costa de Oliveira  
Francisco Medeiros  
Gilberto Bomm  
Gelso Galança

### Ata nº 03-2007

Aos quinze dias do mês de maio de 2007, reuniram-se para elaborar o parecer relativo ao bônus-alimentação, os conselheiros nomeados pela Portaria nº 44/SG/07. Conforme documento a seguir anexado ficou deliberado:



## **Deliberação sobre o bônus-alimentação, pagos com recursos financeiros provenientes das contas do FABS:**

A Constituição Federal art 40- assegura regime de previdência de Caráter contributivo e solidário.

A Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, que dispõe sobre a aplicação dos dispositivos da emenda constitucional nº 41 em seu art 4º § 1º consta:

Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

V – o auxílio-alimentação.

A Lei Municipal nº 1.816, de 12 de julho de 1994, anterior às emendas constitucionais nº 20 e 41 e também a Lei Federal de aplicação nacional nº 10.887/2004, prevê no art 1º, § 1º :

O benefício previsto no “caput” deste artigo aplica-se aos servidores ativos, inativos, pensionistas e aos ocupantes de cargos em comissão, bem como ao quadro em extinção regido pela CLT.

Já em seu art. 4º consta:

O benefício não se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos e sobre ele não incidirão contribuições trabalhistas ou previdenciária.

Assim, pelos textos citados, vê-se que a Lei Municipal é conflitante com Leis de maior alcance, ou seja, alguns artigos da Lei Municipal nº 1.816, de 12 de julho de 1994 não são mais aplicáveis, por ferirem a Constituição Federal e Leis com aplicação e vigência em todo o território nacional. Principalmente ao estender o pagamento do Bônus-alimentação aos aposentados e pensionistas sem que tenha ocorrido a devida contribuição previdenciária.

Em 08 de novembro de 2006, foi solicitado parecer à DPM sobre a situação envolvendo o pagamento de bônus-alimentação aos aposentados e pensionistas com recursos do FABS, a qual exarou a informação nº 2955, assinada pelo Advogado Júlio César Fucilini Pause e o Administrador Ernani Ignácio de Oliveira, primeiramente discorreram sobre a jurisprudência acerca do assunto e por fim responderam de forma objetiva no item 05:

Caso mantida a concessão do vale-alimentação aos aposentados e aos pensionistas – medida que não aconselhamos pelo risco de caracterizar-se a despesa como remuneração – seu custeio não pode ser feito com recursos do regime de previdência, pois estes, nos termos da Lei 9.717-1998, somente podem ser usados para pagar benefícios previdenciários, os quais não abarcam tal vantagem. Somente poderiam os recursos do regime próprio custear tal despesa caso ela, por ter sido reconhecida

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'Amo'. To its right, there is another signature that looks like 'C. F.'. Further right, there is a signature that seems to be 'J. C. F.'. On the far right, there is a signature that appears to be 'Ernani'. The signatures are written over the text of the document.

0000067  
220000

como remuneração, houvesse composto a base de cálculo para o provento, o que até o momento parece não ter ocorrido.

Em relação aos valores já desembolsados pelo regime de previdência para cobrir a despesa com o vale-alimentação – ao menos em relação ao período posterior a edição da Lei 9.717-1998 (novembro de 1998), que restringiu o uso desses recursos para o pagamento de benefícios previdenciários – nos parece ser o caso da instauração de um processo administrativo especial que, após o levantamento do montante respectivo pode indicar como medida corretiva o estorno da quantia para o Fundo, inclusive estabelecendo os parâmetros a serem seguidos no tocante a correção e parcelamento. Alertamos que essa conclusão merece análise mais cuidadosa frente aos dispositivos da legislação local que regula o regime de previdência, que não acompanhou a consulta.

É de se salientar que os problemas decorrentes da gestão dos recursos previdenciários podem resultar em responsabilização administrativa, civil e penal de todos os agentes públicos que, de alguma forma, contribuíram para os procedimentos viciados e a solidariedade é uma característica da legislação atual. A Lei 9.717-1998, é taxativa quanto à responsabilização pelos problemas de gestão:

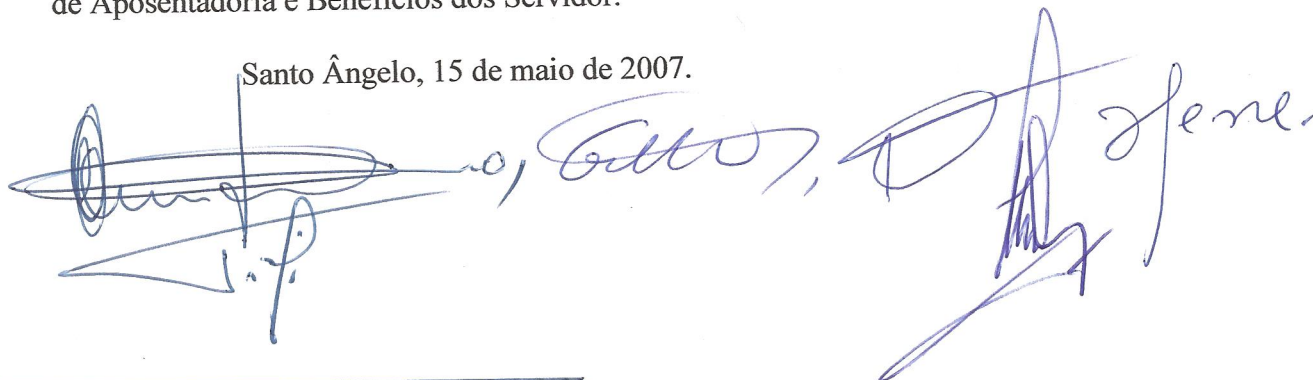
Art. 8º Os dirigentes do órgão ou da unidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos de que trata o art. 6º, respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, n o que couber, ao regime repressivo da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e alterações subseqüentes, conforme diretrizes gerais.

O Supremo Tribunal Federal, ainda em 23 de setembro de 2003, aprovou a súmula nº 680 nos seguintes termos:

O direito ao auxílio alimentação não se estende aos servidores inativos.

Isto posto, tendo em vista a função normativa do Conselho de Administração do FABS, e não havendo suporte legal, deliberam os membros abaixo assinados, pela exclusão dos pagamentos do bônus-alimentação com recursos oriundos do FABS – Fundo de Aposentadoria e Benefícios dos Servidor.

Santo Ângelo, 15 de maio de 2007.

The block contains several handwritten signatures in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller, more legible signatures, including one that appears to be 'J. F. de'.



continuações do nº 03-2007..

Será oficiado ao Gestor Público Municipal a presente deliberação. Sem  
mais ~~\_\_\_\_\_~~,

### Ata nº 04-2007.

Em 19 de setembro de 2007, reuniu-se o CPADFAPS, para análise do cálculo atuarial 2007. Compareceu relatório da empresa CSM Consultoria e Seguridade Municipal S/Lda sobre a manutenção da alíquota total de 45% (quarenta e cinco por cento) sendo desta 22,02% Custeio de Foco Grupo (custo normal), 9,36% Amortização total da RMBG (custo especial) e 13,62% amortização parcial do RMBAC (custo especial). Também foi especificado a necessidade de manutenção da compensação previdenciária. Ainda trata da necessidade da legislação do RPPS contemplar os regras para concessão de benefícios e fazer a previsão de participação dos segurados ativos e inativos, nos colegiados. Os Conselheiros presentes Grupo Walter Hore, Gilberto Bompom, Francisco Medeiros e Sandra Maria Paek sempre RATIFICAM o relatório e tomam as providências no sentido de colocar uma proposta para dar continuidade aos serviços de compensação e providenciar a atualização da legislação com auxílio do setor jurídico. Ainda trata-se da necessidade do Conselho Fiscal e analisar os processos de aposentadoria e pensões que são recebidos pelo FAPS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata que vai devidamente assinada pelos presentes.

~~\_\_\_\_\_~~  
Medeiros

~~\_\_\_\_\_~~  
Gilberto

~~\_\_\_\_\_~~  
Hore

~~\_\_\_\_\_~~  
Paek